

Coordenação-Geral de Contabilidade

Ministério da Justiça e Segurança Pública
MJSP 30000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º TRIMESTRE DE 2022

29 de abril de 2022

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
GESTÃO CONTÁBIL	8
Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP	8
Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	8
Registro Mensal da Conformidade Contábil	9
Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras	9
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	9
Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes	9
Tomada de Contas Especial	10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	11
Balanço Patrimonial	11
Demonstrações das Variações Patrimoniais	13
Balanço Orçamentário	15
Balanço Financeiro	17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	20
NOTAS EXPLICATIVAS	21
Nota 01 – COVID-19	21
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	21
Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP	23
Nota 04 – Bens Móveis – BP	25
Nota 05 – Bens Imóveis – BP	27
Nota 06 – Amortização Acumulada de Softwares – BP	30
Nota 07 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP	31
Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	32
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	34
Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos - DVP	38
Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP	39
Nota 12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP	40
Nota 13 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	42
Nota 14 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	43
Nota 15 – Resultado Orçamentário – BO	44
Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	44
Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF	46
Nota 18 – Segurança Pública – DFC	47
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC	48
Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	49

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo [Decreto nº 9.662/2019](#), alterado pelos [Decreto nº 10.365/2020](#) e [Decreto nº 10.379/2020](#). É composto por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente é a seguinte:



O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen;
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultado, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis - Direc (instituída pela [Portaria nº 821, de 31 de outubro de 2019](#)).

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.
- Balanço Orçamentário – BO.
- Balanço Financeiro – BF.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.
- Notas Explicativas – NE.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do

Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A PRF, com respaldo no item 6.6 da macrofunção 020330 - Depreciação, amortização e exaustão e no item 4.10 da macrofunção 020335 - Reavaliação e redução ao valor recuperável, apresentou o critério de depreciação acelerada de seus veículos tendo em vista a elevada representação contábil e o desgaste acentuado inerente à atividade do policial rodoviário federal.

O tipo de atuação da Polícia Rodoviária Federal envolve o patrulhamento, diuturnamente, de mais de 70 mil quilômetros de rodovias e estradas federais, sendo a viatura policial uma de suas principais ferramentas de trabalho. Em função dessa utilização, o desgaste dos veículos é acelerado, tendo como consequência a redução significativa da vida útil desses bens.

Nesse sentido, visando uma melhor evidenciação desses bens, os parâmetros de reavaliação são obtidos da seguinte forma:

- Apurou-se que o período esperado de vida útil é de 80 meses.
- Tendo por base os dados de desfazimentos e comercialização em leilões do órgão e os valores obtidos pela tabela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, utilizada como referência para valoração de veículos usados, verificou-se que os valores arrematados equivalem a 47% do valor de referência de veículo de mesmo ano e valor da Fipe.
- Tendo por base a vida útil de 80 meses, há uma desvalorização relativa ao valor da Fipe de 0,6625% por mês de uso.

Portanto, o parâmetro de reavaliação pode ser obtido a partir da seguinte equação:

$$VR = VFipe \times (1 - 0,006625 \text{ m}), \text{ onde:}$$

VR = valor de reavaliação

VFipe = valor de referência na Fipe para um veículo de mesmo ano e modelo

M = meses de uso do veículo

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP** Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN* Arquivo Nacional – AN	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*	

*Órgãos subordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

**A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Segen, conforme Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Como resultado da Conformidade Contábil, foram elaborados com periodicidade mensal os relatórios de conformidade, que contém o registro formal das inconsistências e dos erros detectados na informação contábil. Neles foram descritos os grupos de contas mensalmente analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas. Representaram o trabalho de controle e supervisão desta Unidade Setorial de Contabilidade em relação às suas unidades gestoras.

Durante o primeiro trimestre de 2022, foram emitidos 147 relatórios, referentes a 49 Unidades Gestoras Executoras – UGs no SIAFI, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

O atendimento e apoio técnico às UGs de despesa no MJSP ocorreram em caráter permanente, durante o primeiro trimestre de 2022, resultando no atendimento de todas as demandas de natureza contábil ocorridas no período. Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema SIAFI; e-mail; e processo SEI.

A CGCONTAB realizou o acompanhamento direto de 52 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 17 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 13 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades;
- do CADE, com 1 unidade; e
- Caixa Econômica Federal – CEF, com 4 unidades (vinculadas aos fundos: FDD, Segen e Depen).

Portanto, a setorial acompanha e/ou supervisiona os demonstrativos contábeis de um total de 223 UGs.

No primeiro trimestre de 2022, foram encaminhadas 265 mensagens pelo SIAFI, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

É realizado o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes: CIPI (Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal), SIADS (Estoque, Intangível, Patrimônio), SIAFI (HomologaE, Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Compras, Contrato, ETPdigital, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, SCP), Sistema de Informações Banco Central – SISBACEN (banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin), SENHA-REDE (Hod, Reuse) e Plataforma +Brasil (TDL, TFF).

Foram realizados 2.067 atendimentos durante o primeiro trimestre de 2022, referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O encaminhamento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: CADE, FUNAI, AN, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

A CGCONTAB tem atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais – TCE, efetuando registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos débitos e realizando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

No primeiro trimestre do exercício financeiro de 2022, foram realizados 17 (dezessete) registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do TCU.

A apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		7.326.092	6.711.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	4.796.360	4.572.510
Créditos a Curto Prazo		2.333.734	1.967.920
Demais Créditos e Valores		2.333.734	1.967.920
Estoques		195.998	171.557
ATIVO NÃO CIRCULANTE		268.928.805	268.775.118
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.924.984	2.866.966
Créditos a Longo Prazo	03	2.924.984	2.866.966
Dívida Ativa Não Tributária		3.251.655	3.167.656
Demais Créditos e Valores		1.004.915	1.030.896
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.331.586)	(1.331.586)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		265.667.389	265.568.365
Bens Móveis		3.434.294	3.392.312
Bens Móveis	04	4.645.162	4.546.027
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.210.868)	(1.153.715)
Bens Imóveis		262.233.094	262.176.053
Bens Imóveis	05	262.274.824	262.217.139
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(41.730)	(41.086)
Intangível		336.410	339.765
Softwares		336.393	339.747
Softwares		356.657	359.401
(-) Amortização Acumulada de Softwares	06	(20.264)	(19.654)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		276.254.897	275.487.105
PASSIVO	NE	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		1.227.174	1.180.491
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	784.466	819.513
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		109.850	63.697
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		35	4
Obrigações de Repartição a Outros Entes		92.250	65.029
Provisões a Curto Prazo		805	805
Demais Obrigações a Curto Prazo		239.768	231.445
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		411	413
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		190	239
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		181	134
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.227.585	1.180.904

Fonte: Siafi.

Balanco Patrimonial – continuação...

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		275.027.313	274.306.201
Demais Reservas		22.282	5.584
Resultados Acumulados		275.005.030	274.300.617
Resultado do Exercício		713.091	153.549.612
Resultados de Exercícios Anteriores	08	274.300.617	235.067.971
Ajustes de Exercícios Anteriores		(8.677)	(114.315.965)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		276.254.897	275.487.105

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				09	
ATIVO	31/03/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro	4.796.493	4.572.639	Passivo Financeiro	10.112.831	4.662.241
Ativo Permanente	271.458.404	270.914.466	Passivo Permanente	293.540	185.992
			Saldo Patrimonial	265.848.525	231.234.015

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	31/03/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		309.803	317.637
Atos Potenciais Ativos		309.803	317.637
Garantias e Contragarantias Recebidas		271.939	257.973
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		37.782	59.582
Direitos Contratuais		82	82
TOTAL		309.803	317.637

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
PASSIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	31/03/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.911.537	5.288.386
Atos Potenciais Passivos		5.911.537	5.288.386
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.632.835	2.483.280
Obrigações Contratuais		3.278.673	2.805.078
TOTAL		5.911.537	5.288.386

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(5.080.128)
Recursos Vinculados	(236.211)
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(1.984.685)
Previdência Social (RPPS)	(6)
Dívida Pública	(20.095)
Alienação de Bens e Direitos	38.733
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.729.543
TOTAL	(5.316.339)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/03/2022	31/03/2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		209.345	102.455
Taxas		209.345	102.455
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		15.779	109.862
Venda de Mercadorias		3	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		15.776	109.862
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		96.654	104.692
Juros e Encargos de Mora		1.890	125
Variações Monetárias e Cambiais		-	86
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		94.764	104.481
Transferências e Delegações Recebidas		12.828.550	14.076.979
Transferências Intragovernamentais		12.686.502	13.810.381
Outras Transferências e Delegações Recebidas		142.048	266.598
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10	614.022	89.402.857
Reavaliação de Ativos		71.989	87.927.787
Ganhos com Alienação		2.313	11.173
Ganhos com Incorporação de Ativos		527.773	1.463.703
Ganhos com Desincorporação de Passivos		11.947	194
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		603.055	448.113
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		13.695	-690
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		589.361	448.802
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		14.367.406	104.244.958

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/03/2022	31/03/2021
Pessoal e Encargos	11	1.972.615	1.873.414
Remuneração a Pessoal		1.527.577	1.440.202
Encargos Patronais		337.171	332.550
Benefícios a Pessoal		99.004	92.970
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.864	7.691
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.158.105	1.075.784
Aposentadorias e Reformas		837.754	771.816
Pensões		297.052	279.342
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		23.299	24.626
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		640.808	483.452
Uso de Material de Consumo		94.503	55.864
Serviços		472.820	371.576
Depreciação, Amortização e Exaustão		73.485	56.011
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		30.686	38.667
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		6	-
Juros e Encargos de Mora		44	49
Variações Monetárias e Cambiais		0	0
Descontos Financeiros Concedidos		30.350	38.619
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		287	-
Transferências e Delegações Concedidas		9.661.910	13.913.027
Transferências Intragovernamentais		9.428.205	13.611.489
Transferências Intergovernamentais		106.841	87.698
Transferências ao Exterior		15.467	10.250
Execução Orçamentária Delegada a Entes		1	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		111.396	203.590
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12	153.827	32.342.809
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		58.934	32.157.865
Perdas Involuntárias		4.983	1.600
Incorporação de Passivos		9.833	3.063
Desincorporação de Ativos		80.077	180.282
Tributárias		2.030	1.546
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.681	1.262
Contribuições		349	284
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		34.334	9.619
Incentivos		111	19
Subvenções Econômicas		11.731	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		22.492	9.600
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		13.654.315	49.738.317
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		713.091	54.506.641

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

31/03/2022

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.290.483	4.290.483	1.474.682	(2.815.802)
Receitas Tributárias		312.337	312.337	146.541	(165.795)
Taxas		312.337	312.337	146.541	(165.795)
Receitas de Contribuições		398	398	76	(322)
Contribuições Sociais		398	398	76	(322)
Receita Patrimonial		2.350.571	2.350.571	744.849	(1.605.723)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		243	243	48	(195)
Valores Mobiliários		246.178	246.178	93.224	(152.954)
Demais Receitas Patrimoniais	13	2.104.150	2.104.150	651.576	(1.452.574)
Receitas de Serviços		55.198	55.198	15.717	(39.481)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		55.198	55.198	15.717	(39.481)
Outras Receitas Correntes		1.571.979	1.571.979	567.499	(1.004.480)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14	1.433.501	1.433.501	513.341	(920.160)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		928	928	472	(455)
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		125.364	125.364	49.778	(75.586)
Demais Receitas Correntes		12.187	12.187	3.908	(8.279)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	1.588	1.588
Alienação de Bens		-	-	1.588	1.588
Alienação de Bens Móveis		-	-	1.588	1.588
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.290.483	4.290.483	1.476.270	(2.814.213)
DÉFICIT	15			8.002.195	8.002.195
TOTAL		4.290.483	4.290.483	9.478.465	5.187.982
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	-	-	-
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.711.841	15.711.841	9.414.548	3.301.924	2.594.432	6.297.293
Pessoal e Encargos Sociais	16	11.868.440	11.868.440	8.074.855	2.864.066	2.236.945	3.793.585
Outras Despesas Correntes		3.843.401	3.843.401	1.339.692	437.858	357.487	2.503.708
DESPESAS DE CAPITAL		2.090.125	2.090.125	63.917	1.850	1.769	2.026.208
Investimentos		2.085.519	2.085.519	63.917	1.850	1.769	2.021.602
Inversões Financeiras		4.606	4.606	-	-	-	4.606
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		642.033	642.033	-	-	-	642.033
TOTAL		18.443.998	18.443.998	9.478.465	3.303.774	2.596.201	8.965.534

Fonte: Siafi.

Balanco Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados31/03/2022
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		251.720	692.915	321.915	283.815	24.604	636.216
Pessoal e Encargos Sociais		8.306	13.998	1.968	1.682	2.247	18.375
Outras Despesas Correntes		243.414	678.917	319.948	282.133	22.357	617.841
DESPESAS DE CAPITAL		1.260.976	1.461.778	266.665	182.658	49.784	2.490.312
Investimentos		1.260.951	1.460.449	266.665	182.658	49.784	2.488.958
Inversões Financeiras		26	1.329	-	-	-	1.355
TOTAL		1.512.696	2.154.693	588.580	466.473	74.388	3.126.529

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados31/03/2022
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.275	862.119	860.252	379	3.763
Pessoal e Encargos Sociais		36	756.154	756.126	1	64
Outras Despesas Correntes		2.238	105.964	104.126	378	3.698
DESPESAS DE CAPITAL		42.616	43.470	36.932	1.076	48.077
Investimentos		42.616	43.470	36.932	1.076	48.077
TOTAL		44.891	905.588	897.184	1.455	51.840

Fonte: Siafi.

Balço Financeiro

Ingressos

		R\$ milhares	
INGRESSOS	NE	31/03/2022	31/03/2021
Receitas Orçamentárias		1.476.270	1.185.293
Vinculadas		1.529.166	1.230.774
Seguridade Social (Exceto Previdência)		5.603	7.673
Alienação de Bens e Direitos		2.962	1
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.520.423	1.223.101
Recursos a Classificar		177	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(52.895)	(45.482)
Transferências Financeiras Recebidas	17	12.686.502	13.810.381
Resultantes da Execução Orçamentária		11.316.175	13.145.533
Cota Recebida		3.939.605	3.617.767
Repasse Recebido		3.791.918	3.430.686
Sub-repasse Recebido		3.239.895	3.124.647
Repasse Devolvido		344.746	2.972.274
Sub-repasse Devolvido		10	161
Independentes da Execução Orçamentária		1.370.327	664.848
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.165.613	560.283
Demais Transferências Recebidas		70.467	17.453
Movimentação de Saldos Patrimoniais		134.247	87.112
Recebimentos Extraorçamentários		6.900.281	4.080.969
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		707.573	674.362
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		6.174.691	3.379.294
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.226	24.845
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.791	2.468
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.709	2.445
Restituições a Pagar		82	23
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	0
Saldo do Exercício Anterior		4.572.510	6.404.276
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.572.510	6.404.276
TOTAL		25.635.562	25.480.918

Fonte: Siafi.

Balanco Financeiro**Dispêndios**

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	31/03/2022	31/03/2021
Despesas Orçamentárias		9.478.465	6.531.026
Ordinárias		5.494.291	3.367.421
Vinculadas		3.984.174	3.163.605
Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.200.465	1.689.890
Previdência Social (RPPS)		-	866.062
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		783.709	607.653
Transferências Financeiras Concedidas	17	9.428.185	13.611.491
Resultantes da Execução Orçamentária		7.712.292	12.503.840
Repasse Concedido		3.795.023	3.431.810
Sub-repasse Concedido		3.239.895	3.124.647
Cota Devolvida		332.618	2.974.949
Repasse Devolvido		344.746	2.972.274
Sub-repasse Devolvido		10	161
Independentes da Execução Orçamentária		1.715.893	1.107.652
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		776.070	424.002
Demais Transferências Concedidas		39.537	116.824
Movimento de Saldos Patrimoniais		900.286	566.826
Pagamentos Extraorçamentários		1.932.552	1.520.793
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		897.184	778.660
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		466.473	261.944
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.813	17.795
Outros Pagamentos Extraorçamentários		559.082	462.394
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		558.119	461.795
Valores Compensados		4	3
Demais Pagamentos		960	595
Saldo para o Exercício Seguinte		4.796.360	3.817.609
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.796.360	3.817.609
TOTAL		25.635.562	25.480.918

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		381.068	(2.545.814)
INGRESSOS		14.176.491	15.020.542
Receita Tributária		146.541	71.718
Receita de Contribuições		76	82
Receita Patrimonial		744.849	509.040
Receita de Serviços		15.717	109.814
Remuneração das Disponibilidades		-	104.990
Outras Receitas Derivadas e Originárias		567.499	389.647
Outros Ingressos Operacionais		12.701.809	13.835.249
Ingressos Extraorçamentários		15.226	24.845
Restituições a Pagar		82	23
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	0
Transferências Financeiras Recebidas		12.686.502	13.810.381
DESMBOLSOS	17	(13.795.423)	(17.566.356)
Pessoal e Demais Despesas		(3.371.059)	(3.098.557)
Essencial a Justiça		(2)	-
Administração		(47.355)	(42.380)
Segurança Pública	18	(2.136.360)	(1.911.168)
Assistência Social		-	(8)
Previdência Social		(1.058.769)	(1.034.751)
Educação		(89)	(674)
Cultura		-	(62)
Direitos da Cidadania		(93.156)	(80.789)
Organização Agrária		(3)	-
Encargos Especiais		(38.034)	(31.169)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.709	2.445
Transferências Concedidas		(427.283)	(376.119)
Intergovernamentais		(78.506)	(24.781)
A Estados e/ou Distrito Federal		(66.431)	(24.353)
A Municípios		(12.075)	(428)
Intragovernamentais		(332.196)	(329.020)
Outras Transferências Concedidas		(16.581)	(22.318)
Outros Desembolsos Operacionais		(9.997.081)	(14.091.680)
Dispêndios Extraorçamentários		(9.813)	(17.795)
Transferências Financeiras Concedidas		(9.428.185)	(13.611.491)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(558.119)	(461.795)
Valores Compensados		(4)	(3)
Demais Pagamentos		(960)	(595)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(157.218)	(40.853)
INGRESSOS		1.588	-
Alienação de Bens		1.588	-
DESMBOLSOS		(158.806)	(40.853)
Aquisição de Ativo Não Circulante	19	(150.951)	(37.523)
Outros Desembolsos de Investimentos		(7.855)	(3.331)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		223.850	(2.586.668)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.572.510	6.404.276
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		4.796.360	3.817.609

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(114.316.965)	-	-	(114.316.965)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	3.379	-	-	-	3.379
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	153.549.612	-	-	153.549.612
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	-	5.584	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(9.596)	-	-	(9.596)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	16.698	921	-	-	17.619
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	713.091	-	-	713.091
Saldo Final do Exercício 2022	20	-	-	-	-	22.282	275.005.032	-	-	275.027.314

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, no valor de R\$ 199.825 mil e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia, no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 06 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

No encerramento do 1º trimestre de 2022, o total dos valores pagos somaram R\$ 8.284 mil, representando 20,18% do total do valor autorizado pela Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

A Funai representou 100,00% (R\$ 8.284 mil) do total pago no primeiro trimestre de 2022, apresentando, conforme Tabela 01, o gasto por natureza da despesa.

Destaca-se, no quadro a seguir, que 71,03% do total gasto foi representado em 33,11% (R\$ 2.743 mil) por salário contrato temporário, 23,37% (R\$ 1.936 mil) por fretes e transporte de encomendas e 14,55% (R\$ 1.205 mil) na concessão de auxílio-alimentação.

Tabela 01 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa - Funai

R\$ milhares		
Natureza da despesa	31/03/2022	AV(%)
Salário Contrato Temporário	2.743	33,11
Fretes e Transporte de Encomendas	1.936	23,37
Auxílio-Alimentação	1.205	14,55
Demais gastos	2.400	28,97
Gasto Total 1ºTrim2022	8.284	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Painel do Orçamento Federal.

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

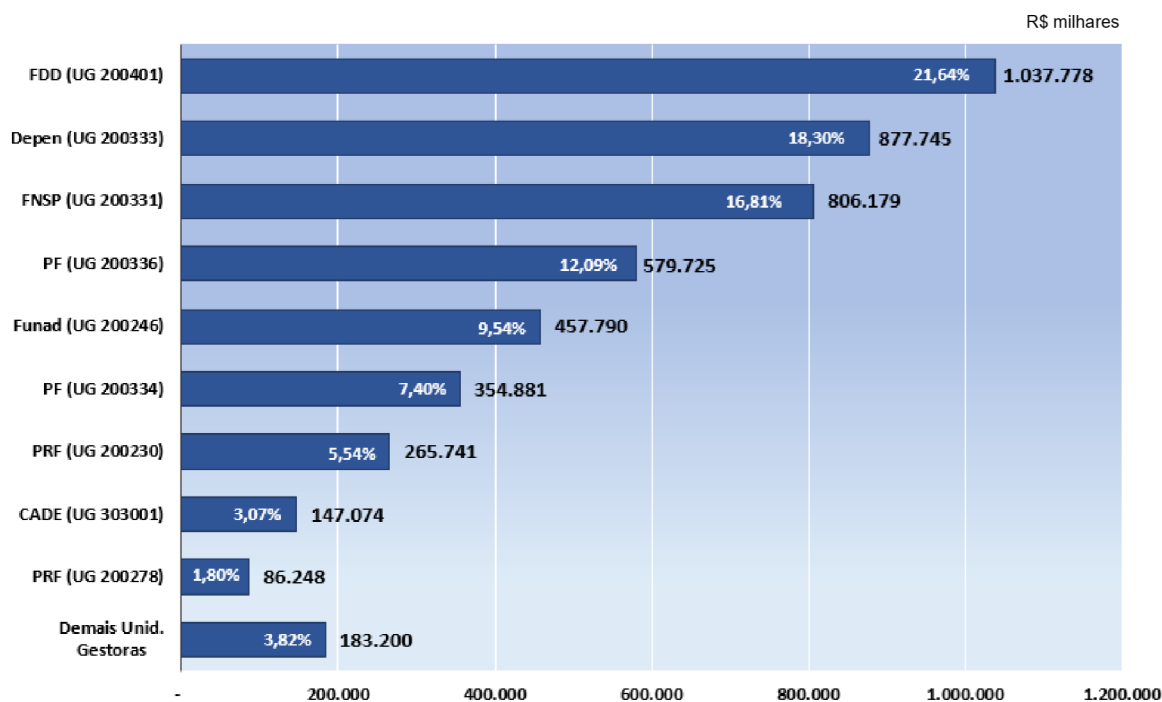
No final do 1º trimestre de 2022, R\$ 4.613.160 mil (96,18%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se assim distribuídos entre as nove (9) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.037.778 mil (21,64%) na UG 200401 do FDD;
- b) R\$ 877.745 mil (18,30%) na UG 200333 do Depen;
- c) R\$ 806.179 mil (16,81%) na UG 200331 do FNSP;
- d) R\$ 579.725 mil (12,09%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 457.790 mil (9,54%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 354.881 mil (7,40%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 265.741 mil (5,54%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 147.074 mil (3,07%) na UG 303001 do CADE;
- i) R\$ 86.248 mil (1,80%) na UG 200278 da PRF;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 1º trimestre de 2022, as quais somaram 123 unidades distintas, englobaram R\$ 183.200 mil (3,82%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Cumpra destacar que as três maiores representatividades detentoras de recursos financeiros em caixa e equivalentes ocorreram nos seguintes fundos públicos: Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD (21,64%), Fundo Penitenciário Nacional – Funpen (18,30%), e Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (16,81%).

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em março de 2022, 97,79% (R\$ 4.690.218 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

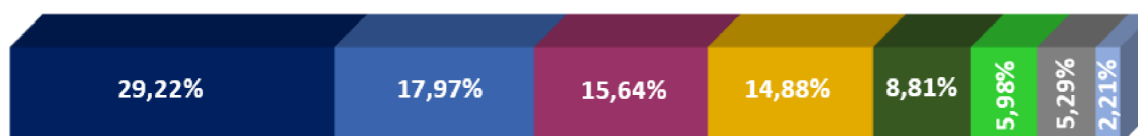
- a) 29,22% (R\$ 1.401.626 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- b) 17,97% (R\$ 862.078 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- c) 15,64% (R\$ 749.934 mil) em recursos próprios financeiros;
- d) 14,88% (R\$ 713.909 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;
- e) 8,81% (R\$ 442.371 mil) em recursos primários de livre aplicação;
- f) 5,98% (R\$ 286.736 mil) em recursos livres da seguridade social; e
- g) 5,29% (R\$ 253.563 mil) em alienação de bens apreendidos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 2,21% (R\$ 106.142 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 15 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Recursos Próprios Financeiros
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Recursos Livres da Seguridade Social
- Alienação de Bens Apreendidos
- Demais Fontes de Recursos (15 fontes distintas)



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No primeiro trimestre de 2022, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 223.850 mil, sendo 170,23% (R\$ 381.068 mil) impactado pelas atividades operacionais e -70,23% (R\$ -157.218 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" e a "Receita Patrimonial" que, conforme pode-se observar nas DFC, em março de 2022, representaram, respectivamente, 89,49% (R\$ 12.686.502 mil) e 5,25% (R\$ 744.848 mil), somando 94,74% (R\$ 13.431.351 mil) do total dos ingressos. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, as "Transferências Financeiras Concedidas" e "Pessoal e Demais Despesas" representaram, respectivamente, 68,34% (R\$ -9.428.185 mil) e 24,44% (R\$ -3.371.059 mil), totalizando 92,78% (R\$ -12.799.244 mil).

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 96,01% (R\$ -150.951 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 223.850 mil no primeiro trimestre de 2022 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

R\$ milhares

Descrição	31/03/2022	31/03/2021	2022-2021	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	381.068	(2.545.814)	(2.164.746)	170,23	(114,97)
Fluxos de Caixa das Ativid. de Investimento	(157.218)	(40.853)	(198.071)	(70,23)	284,84
Geração Líquida de Caixa e Equiv. de Caixa	223.850	(2.586.668)	(2.362.818)	100,00	(108,65)

Fonte: Siafi.

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no primeiro trimestre de 2022, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem 1,06% (R\$ 2.924.984 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destacam-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 110,91% (R\$ 3.244.066 mil) foram decorrentes de "Dívida Ativa Não Tributária"; 31,26% (R\$ 914.481 mil) foram relativos a demais créditos a receber a longo prazo em virtude de infrações aplicadas; e -45,52% (R\$ -1.331.586 mil) corresponderam a ajustes para perdas em créditos a longo prazo.

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

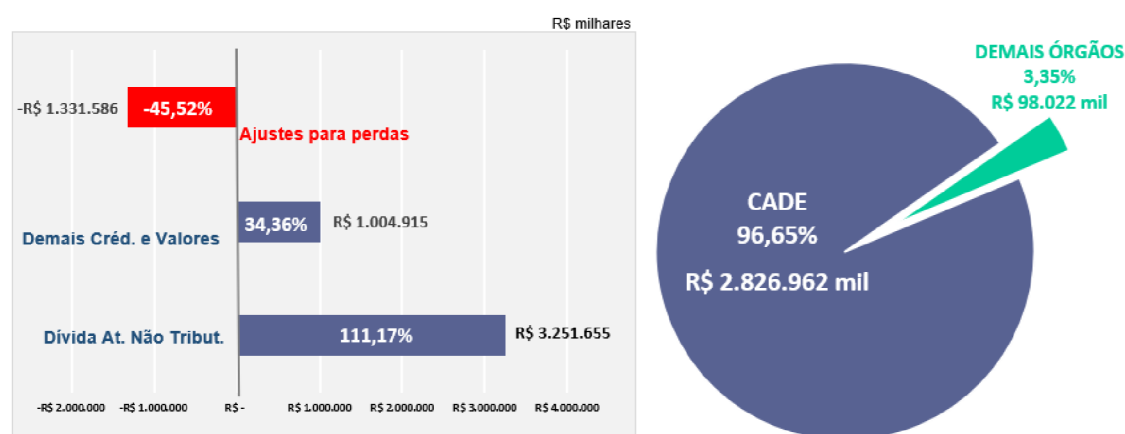
R\$ milhares

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	31/03/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Dívida Ativa Não Tributária	3.251.655	3.167.656	111,17	2,65
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.244.066	3.157.263	110,91	2,75
Fundação Nacional do Índio	7.589	10.393	0,26	(26,98)
Demais Créditos e Valores	1.004.915	1.030.896	34,36	(2,52)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	914.481	941.674	31,26	(2,89)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	45.578	45.578	1,56	-
Fundo Nacional de Segurança Pública	36.838	35.626	1,26	3,40
Fundação Nacional do Índio	5.195	5.196	0,18	(0,01)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,05	-

Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	-
Fundo Nacional Antidrogas	298	298	0,01	-
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	-
Polícia Federal	1	1	0,00	-
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(1.331.586)	(1.331.586)	(45,52)	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.331.586)	(1.331.586)	(45,52)	-
Total de Créditos a Longo Prazo	2.924.984	2.866.966	100,00	2,02

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Longo Prazo – composição Cade



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo - CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perda Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;

- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – (0,57824685 x 3.157.263.275,69);

- Perda Estimada = R\$ 3.157.263.275,69 – 1.825.677.554,88;

Perda estimada = 1.331.585.720,81

Para calcular o quociente médio de recebimentos utilizou-se os dados extraídos do Tesouro Gerencial. A pesquisa realizada tomou como referência os últimos três anos, ou seja, 2019, 2020 e 2021. No cálculo do quociente médio de recebimentos foi considerado todo movimento credor da conta, valores extraídos do Tesouro Gerencial, conforme mostra tabela a seguir:

2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos **2019** = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos **2020** = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**
- Média mensal de recebimentos **2021** = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2019** = 239.894.308,93/12 = **R\$ 19.991.192,41**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2020** = 312.622.303,46/12 = **R\$ 26.050.795,20**
- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber **2021** = 737.742.339,29/12 = **R\$ 61.478.528,27**

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = 31.722.534,50 / 19.991.192,41 = **1,58932663**

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = 2.092.264,07 / 26.050.795,20 = **0,08031479**

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = 4.002.199,43 / 61.478.528,27 = **0,06509914**

6. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3) / 3

- Quociente médio de recebimento = (1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914) / 3
- Quociente médio de recebimento = **0,57824685**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estimada é **0,57824685**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 1.331.585.720,81** (um bilhão, trezentos e trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e oitenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 42,18% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

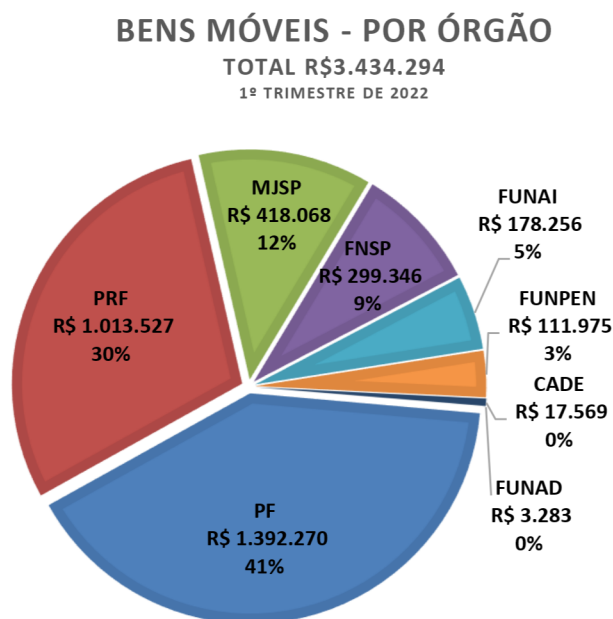
Nota 04 – Bens Móveis – BP

Os bens móveis totalizaram, no primeiro trimestre de 2022, R\$ 3.434.294 mil, após a aplicação da depreciação, representando 1,29% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a Figura 04. Destacaram-se a PF, com 40,54% (R\$ 1.392.270 mil) e a PRF, com 29,51% (R\$ 1.013.527 mil). Somando, ambas, 70,05% do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 04 – Bens Móveis – por órgão

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Conforme destacado na Tabela 04, os veículos apresentaram maior representatividade, correspondendo a 54,74% do total bruto, seguido pelos bens de informática, com 25,10% e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 23,15%.

Tabela 04 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

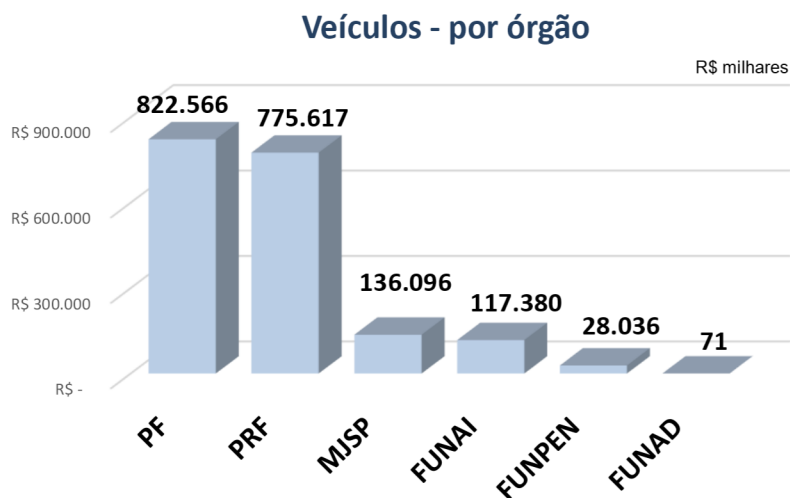
R\$ milhares

Descrição	31/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.879.766	1.884.550	54,74	(0,25)
Bens de Informática	862.083	853.265	25,10	1,03
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	794.935	786.441	23,15	1,08
Bens Móveis em Almoxarifado	359.056	317.895	10,46	12,95
Móveis e Utensílios	235.859	230.794	6,87	2,19
Armamentos	170.587	159.560	4,97	6,91
Bens Móveis em Andamento	136.945	108.312	3,99	26,44
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	117.155	116.013	3,41	0,98
Demais Bens Móveis	75.980	76.387	2,21	(0,53)
Semoventes e Equipamentos de Montaria	12.739	12.752	0,37	(0,10)
Peças e Conjuntos de Reposição	59	59	0,00	0,00
Subtotal	4.645.162	4.546.027	135,26	2,18
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.210.868)	(1.153.715)	(35,26)	4,95
Total Geral	3.434.294	3.392.312	100,00	1,24

Fonte: Siafi.

Na Figura 05, destaca-se a PF e a PRF, apresentando os maiores recursos alocados na conta de veículos e com a consequente necessidade de desenvolvimento das atividades inerentes à função policial.

Figura 05 – Veículos – por órgão



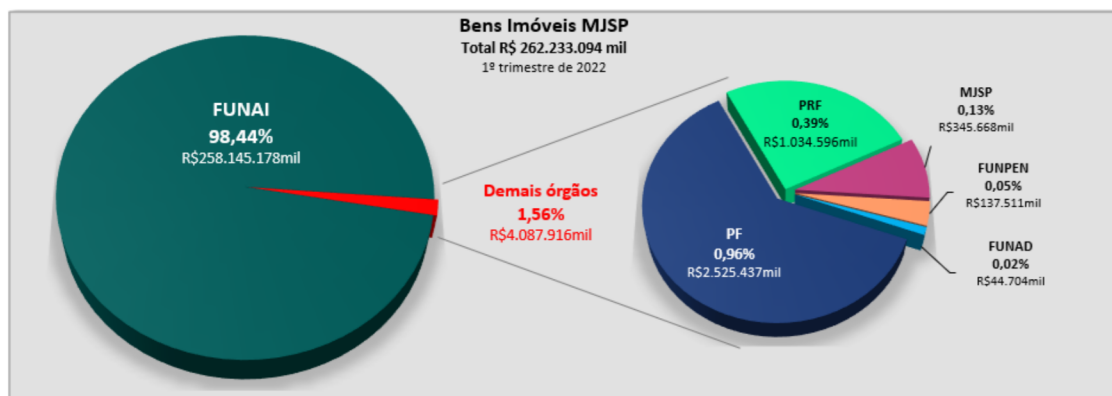
Fonte: Siafi.

Nota 05 – Bens Imóveis – BP

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 262,27 bilhões no 1º trimestre de 2022, representando 94,92% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,02% (R\$ -41.730 mil), foi de R\$ 262,23 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 258,14 bilhões (98,44%), conforme Figura 07.

Figura 07 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a Tabela 06, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,80% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 261,70 bilhões em 31/03/2022.

Tabela 06 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	261.705.639	261.623.103	99,80	0,03
Bens Imóveis em Andamento	500.002	524.569	0,19	(4,68)
Instalações	44.522	45.262	0,02	(1,64)
Bens Dominicais	12.579	12.371	0,00	1,68
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	11.514	11.266	0,00	2,20
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	(0,01)
Subtotal	262.274.824	262.217.139	100,02	0,02
Depreciação / Amortização Acumulada	(41.730)	(41.086)	(0,02)	1,57
Total líquido	262.233.094	262.176.053	100,00	0,02

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na Tabela 07, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas, representando 98,06% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

Descrição	31/03/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	256.629.811	256.629.811	98,06	0,00
Fundação Nacional do Índio	256.607.285	256.607.285	98,05	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00
Edifícios	1.855.918	1.827.048	0,71	1,58
Polícia Federal	1.336.095	1.306.143	0,51	2,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	336.769	335.985	0,13	0,23
Polícia Rodoviária Federal	154.232	156.098	0,06	(1,20)
Fundação Nacional do Índio	28.486	28.486	0,01	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00
Terrenos e Glebas	1.679.103	1.614.598	0,64	4,00
Fundação Nacional do Índio	913.609	913.609	0,35	0,00
Polícia Federal	516.246	451.450	0,20	14,35
Polícia Rodoviária Federal	228.374	228.374	0,09	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	9.303	9.593	0,00	(3,02)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.402.369	1.371.397	0,54	2,26
Fundação Nacional do Índio	576.399	576.432	0,22	(0,01)
Polícia Federal	439.024	416.084	0,17	5,51
Polícia Rodoviária Federal	323.658	315.593	0,12	2,56
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,02	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.327	1.327	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	87.212	129.716	0,03	(32,77)
Polícia Federal	73.889	119.128	0,03	(37,98)
Polícia Rodoviária Federal	13.323	10.588	0,01	25,83
Imóveis Residenciais e Comerciais	51.226	50.534	0,02	1,37
Polícia Federal	18.986	18.421	0,01	3,07
Polícia Rodoviária Federal	16.054	15.926	0,01	0,80
Fundo Nacional Antidrogas	12.282	12.282	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	3.904	3.904	0,00	0,00
Total dos bens de uso especial	261.705.639	261.623.103	100,00	0,03

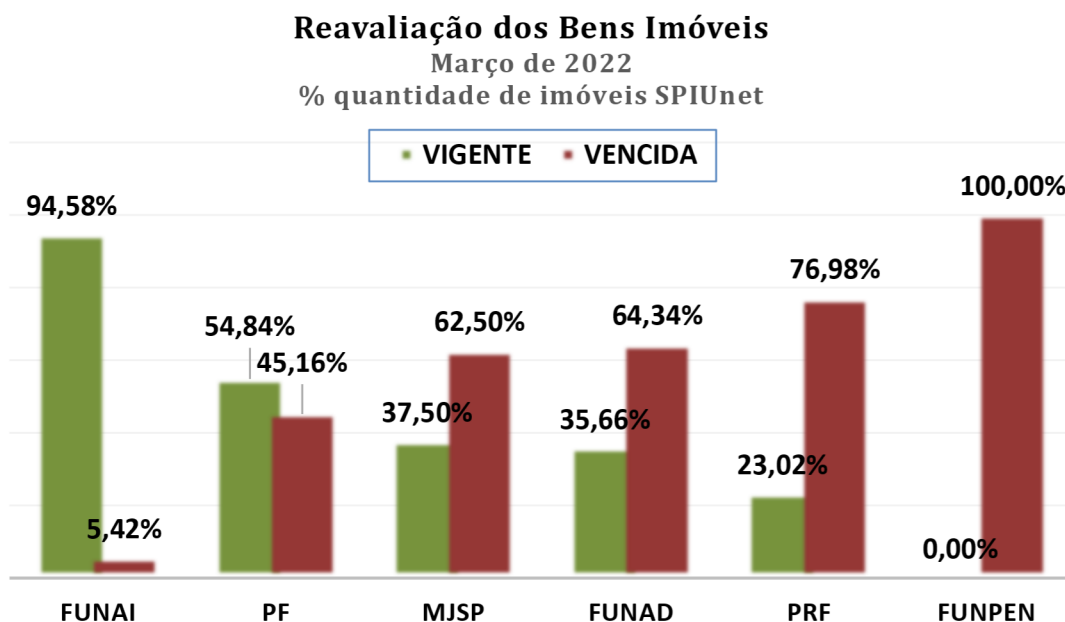
Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou no primeiro trimestre 1.638 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: Funai, 719; PRF, 556; PF, 217; Funad, 129; Funpen, 9; e MJSP, 8. A Figura 08 a seguir evidencia o percentual, por órgão, da quantidade dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos, registrados no SPIUnet. Em relação à quantidade total, o MJSP possui 59,58%, 976 imóveis com reavaliação vigente e 40,42%, 662 imóveis com reavaliação vencida.

Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

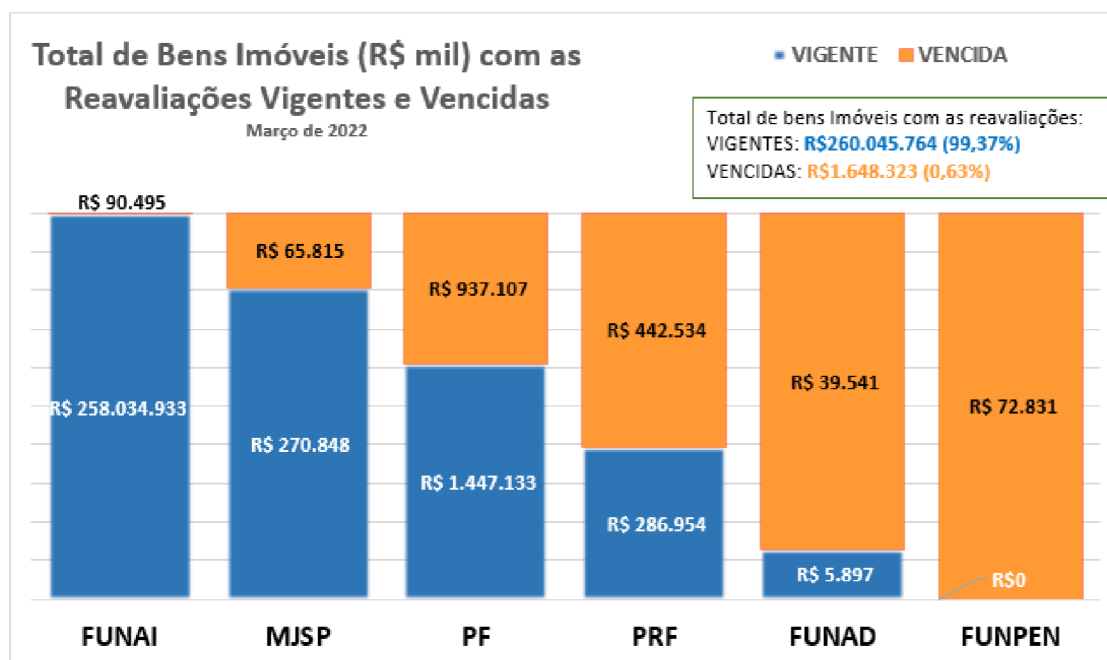
Figura 08 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: SPIUnet, SIAFI.

Verifica-se, ainda, na Figura 09, a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP no tocante aos valores correspondentes às reavaliações vigentes e vencidas. Observa-se que 99,37% (R\$ 260.045.764 mil) dos imóveis de uso especial registrados no SPIUnet estão com reavaliação vigente e representando 0,63% (R\$ 1.648.323 mil) tratam dos imóveis com reavaliação vencida.

Figura 09 – Total de Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Fonte: SPIUnet, Siafi.

Nota 06 – Amortização Acumulada de Softwares – BP

No primeiro trimestre de 2022, foram identificados registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme apresentado na Tabela 08. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram amortizações para esses ativos intangíveis, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentam considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 08 – Softwares e Amortizações Acumuladas

		R\$ milhares			
Nome da Conta	Nome do Órgão	mar/22	dez/21	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	68.339	65.144	20,31	4,91
	Polícia Federal	53.947	64.326	16,04	-16,14
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,87	0,00
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8.992	8.894	2,67	1,10
	Polícia Rodoviária Federal	1.980	1.980	0,59	0,00
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,45	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	141.759	148.845	42,14	-4,76
Softwares com vida útil indefinida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.328	24.328	7,23	0,00
	Polícia Federal	137.568	137.547	40,89	0,02
	Fundação Nacional do Índio	904	904	0,27	0,00
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.642	4.351	1,68	29,67
	Polícia Rodoviária Federal	21.525	21.528	6,40	-0,02
	Fundo Penitenciário Nacional	10	-	0,00	-
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,78	0,00
	Total - Softwares com vida útil indefinida	195.956	194.637	58,25	0,68
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	18.942	15.919	5,63	18,99
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	18.942	15.919	5,63	18,99
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	18	18	0,01	0,00
	Total - Concessão de Dir. de Uso de Comunicação	18	18	0,01	0,00
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(18.992)	(18.424)	(5,65)	3,08
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(1.272)	(1.230)	(0,38)	3,45
	Total - Amortização Acumulada	(20.264)	(19.654)	(6,02)	3,10
Total do Intangível		336.410	339.765	100,00	-0,99

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 1º trimestre de 2022, restaram contabilizados R\$ 784.466 mil para despesas com pessoal, que representaram 63,90% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo são evidenciadas a seguir, na Tabela 09.

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

				R\$ milhares
Descrição	31/03/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Polícia Federal	454.789	478.530	57,97	(4,96)
Polícia Rodoviária Federal	243.842	257.271	31,08	(5,22)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	44.930	43.594	5,73	3,07
Fundação Nacional do Índio	38.771	37.963	4,94	2,13
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.134	2.154	0,27	(0,97)
Fundo Nacional de Segurança Pública	0	-	-	-
Total	784.466	819.513	100,00	(4,28)

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na Tabela 10, a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 69,85% (R\$ 547.953 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. Apresentou, ainda, uma redução de 20,73% (R\$ 143.259 mil) em relação ao saldo no encerramento de 2021, impulsionado, principalmente, pela PF, que representou 62,51% (R\$ 89.545 mil) da variação horizontal.

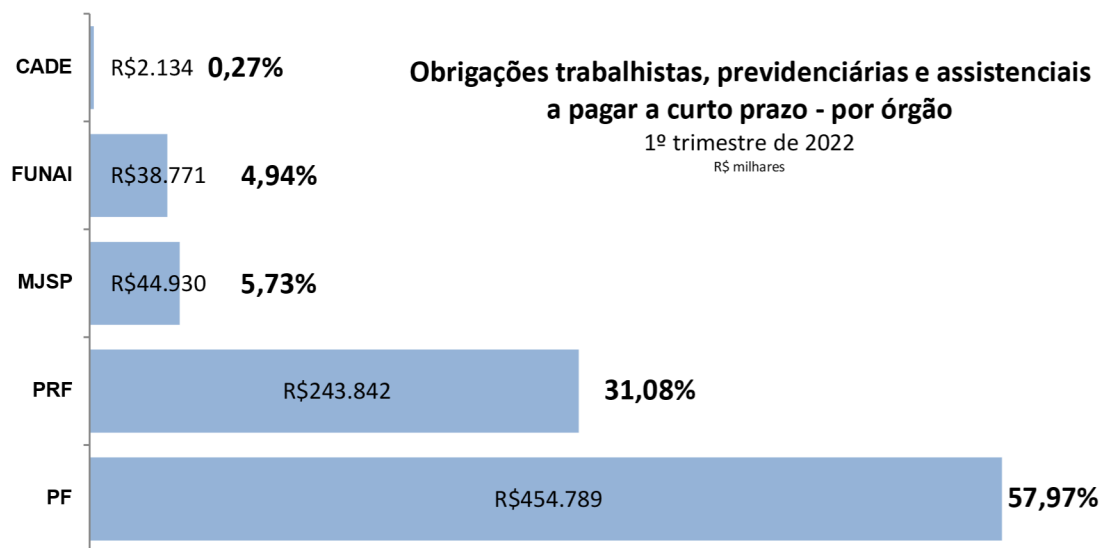
Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

	R\$ milhares			
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	31/03/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	547.953	691.213	69,85	(20,73)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	124.548	-	15,88	-
Férias a Pagar	86.739	103.584	11,06	(16,26)
Precatórios de Pessoal	16.528	16.186	2,11	2,11
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.427	3.720	0,44	(7,89)
Benefícios Previdenciários	2.834	2.800	0,36	1,23
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	2.029	1.591	0,26	27,49
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	408	419	0,05	(2,72)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	0	-	0,00	-
Total Geral	784.466	819.513	100,00	(4,28)

Fonte: Siafi.

Desse montante de R\$ 784.466 mil, destacam-se os registros evidenciando os salários, remunerações e benefícios, dos quais 63,33% (R\$ 496.797 mil) foram referentes à PF e PRF. Tais obrigações correspondem, respectivamente, a 36,39% (R\$ 285.504 mil) e 26,93% (R\$ 211.293 mil) do total. Nesse sentido, figuram como os órgãos mais representativos com relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do MJSP, conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 08 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no primeiro trimestre de 2022, representou 99,29% (R\$ 274.300.617 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 94,17% (R\$ 258.317.813 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	31/03/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Fundação Nacional do Índio	258.317.813	218.584.458	94,17	18,18
Polícia Federal	4.496.475	3.901.545	1,64	15,25
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.200.655	3.262.670	1,53	28,75
Polícia Rodoviária Federal	2.267.531	2.096.399	0,83	8,16
Fundo Penitenciário Nacional	1.287.350	1.367.636	0,47	(5,87)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.168.450	744.871	0,43	56,87
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.077.417	3.764.134	0,39	(71,38)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	918.344,17	880.997,58	0,30	4,70
Fundo Nacional Antidrogas	566.606	465.285	0,21	21,78
Total	274.300.617	235.067.971	100,00	16,69

Fonte: Siafi.

Com relação ao total do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na Tabela 12 e Figura 11, 93,92% (R\$ 258.317.813 mil) corresponde aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registrados:

- Fonte: Siafi.
- a) 34,46% no MT (R\$ 94.763.332 mil);
 - b) 22,26% no PA (R\$ 61.217.168 mil);
 - c) 14,54% no AM (R\$ 39.997.926 mil);
 - d) 8,19% em RO (R\$ 22.512.896 mil);
 - e) 4,33% em RR (R\$ 11.193.221 mil);
 - f) 3,29% no TO (R\$ 9.051.390 mil);
 - i) 6,86% em outros estados (R\$ 18.861.880 mil).

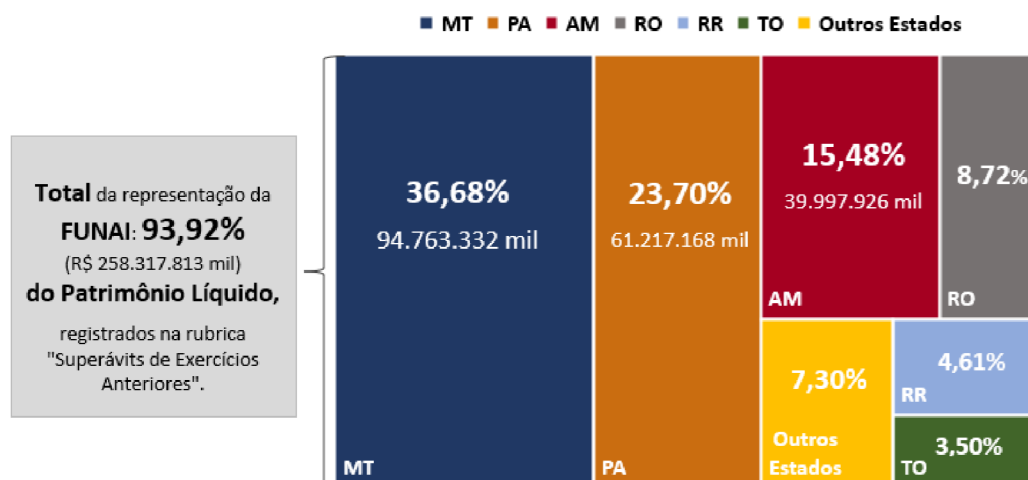
Tabela 12 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado

R\$ milhares

FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	31/03/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Mato Grosso	94.763.332	46.472.475	36,68	103,91
Pará	61.217.168	22.369.010	23,70	173,67
Amazonas	39.997.926	7.502.144	15,48	433,15
Rondônia	22.512.896	10.812.809	8,72	108,21
Roraima	11.913.221	2.385.237	4,61	399,46
Tocantins	9.051.390	7.477.435	3,50	21,05
Outros Estados	18.861.880	121.565.347	7,30	(84,48)
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	258.317.813	218.584.458	93,92	18,18
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	274.300.617	235.067.971	99,74	16,69
Total do Patrimônio Líquido	275.027.313	274.306.201	100,00	0,26

Fonte: Siafi.

Figura 11 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ PL



Fonte: Siafi.

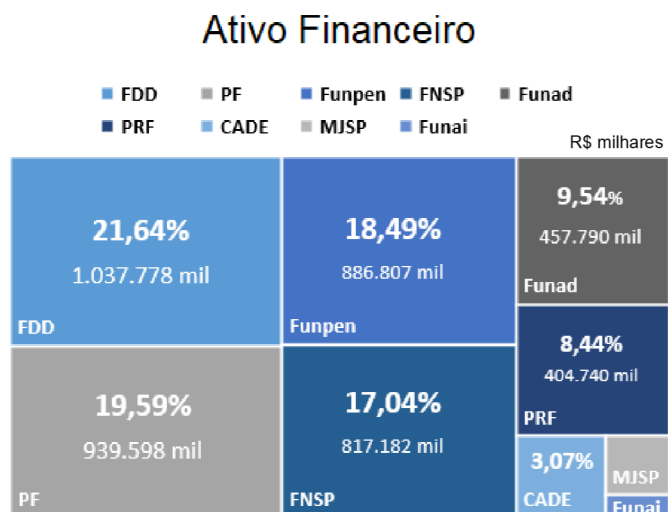
Nota 09 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no primeiro trimestre de 2022, representaram 1,74% do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na Figura 12:

- a) 21,64% (R\$ 1.037.778 mil) no FDD;
- b) 19,59% (R\$ 939.598 mil) na PF;
- c) 18,49% (R\$ 886.807 mil) no Funpen;
- d) 17,04% (R\$ 817.182 mil) no FNSP;
- e) 9,54% (R\$ R\$ 457.790 mil) no Funad;
- f) 8,44% (R\$ 404.740 mil) na PRF;
- g) 3,07% (R\$ 147.074 mil) no CADE;
- h) 1,59% (R\$ 76.217 mil) no MJSP; e
- i) 0,61% (R\$ 29.308 mil) na Funai.

Figura 12 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no primeiro trimestre de 2022, representaram 98,26% (R\$ 271.458.404 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo bens, créditos e valores em que a mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Cumpre enfatizar que 95,17% (R\$ 258.353.386 mil) dos ativos permanentes correspondentes às Fazendas, Parques e Reservas registrados na Funai.

Passivo Financeiro

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais.

No primeiro trimestre de 2022, 90,76% (R\$ 9.178.787 mil) do "Passivo Financeiro", que compreende os compromissos cujo pagamento não dependa de autorização orçamentária, foram registrados em contas de execução orçamentária e de restos a pagar.

Tabela 13 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgão</i>	31/03/2022	31/12/2021	AV% (MAR/2022)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	4.081.355	758.025	40,36	438,42
Polícia Federal	2.631.771	1.166.017	26,02	125,71
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.484.870	1.196.268	14,68	24,13
Fundo Nacional de Segurança Pública	849.996	597.758	8,41	42,20
Fundo Penitenciário Nacional	648.867	600.740	6,42	8,01
Fundação Nacional do Índio	238.010	141.448	2,35	68,27
Fundação de Defesa de Direitos Difusos	119.010	163.798	1,18	-27,34
Fundo Nacional Antidrogas	35.156	25.376	0,35	38,54
Conselho Adm. de Defesa Econômica	23.798	12.810	0,24	85,78
Total Geral	10.112.831	4.662.241	100,00	116,91

Fonte: Siafi.

No tocante aos passivos orçamentários, conforme apresentado na Tabela 14, no primeiro trimestre de 2022, sua distribuição por órgão ocorreu da seguinte maneira:

- a) 40,82% (R\$ 3.746.549 mil) na PRF;
- b) 24,03% (R\$ 2.205.926 mil) na PF;
- c) 15,17% (R\$ 1.392.470 mil) no MJSP;
- d) 9,20% (R\$ 844.238 mil) no FNRP;
- e) 6,61% (R\$ 606.788 mil) no Funpen;
- f) 2,26% (R\$ 207.263 mil) na Funai;
- g) 1,29% (R\$ 118.806 mil) no FDD;
- h) 0,38% (R\$ 35.090 mil) na Funad; e
- i) 0,24% (R\$ 21.658 mil) no CADE.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	31/03/2022	31/12/2021	AV% (MAR/2022)	AH%
Polícia Rodoviária Federal	3.746.549	389.100	40,82	862,88
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	297.501	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	3.482.076	-	37,94	-
RP Não Processados a Liquidar	264.473	91.599	2,88	188,73
Polícia Federal	2.205.926	689.155	24,03	220,09
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	566.299	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	1.753.567	-	19,10	-
RP Não Processados a Liquidar	452.359	122.856	4,93	268,20

Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.392.470	1.131.488	15,17	23,07
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	514.770	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	367.783	-	4,01	-
RP Não Processados a Liquidar	1.024.686	616.718	11,16	66,15
Fundo Nacional de Segurança Pública	844.238	592.159	9,20	42,57
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	304.797	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	334.323	-	3,64	-
RP Não Processados a Liquidar	509.915	287.362	5,56	77,45
Fundo Penitenciário Nacional	606.788	560.042	6,61	8,35
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	345.018	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	79.755	-	0,87	-
RP Não Processados a Liquidar	527.033	215.024	5,74	145,10
Fundação Nacional do Índio	207.263	107.829	2,26	92,21
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	96.663	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	131.325	-	1,43	-
RP Não Processados a Liquidar	75.938	11.167	0,83	580,03
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	118.806	160.585	1,29	-26,02
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	5.076	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	1.750	-	0,02	-
RP Não Processados a Liquidar	117.056	155.510	1,28	(24,73)
Fundo Nacional Antidrogas	35.090	25.375	0,38	38,29
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	15.716	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	10.051	-	0,11	-
RP Não Processados a Liquidar	25.039	9.659	0,27	159,24
Conselho Administ. de Defesa Econômica	21.658	11.595	0,24	86,78
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	8.794	0,00	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	14.033	-	0,15	-
RP Não Processados a Liquidar	7.625	2.801	0,08	172,20
Total Geral	9.178.787	3.667.329	100,00	150,29

Quanto às obrigações patrimoniais, representaram 9,24% (R\$ 934.044 mil) do Passivo Financeiro no primeiro trimestre de 2022, sendo 91,33% (R\$ 853.051 mil) assim registrados:

- a) 47,59% (R\$ 425.845 mil) na PF; sendo 30,57% referente à Salários, Remun. e Benefícios;
- b) 35,84% (R\$ 334.806 mil) na PRF;
- c) 9,89% (R\$ 92.400 mil) no MJSP.

Os demais órgãos do MJSP somaram 8,67% (R\$ 80.993 mil) das obrigações patrimoniais do Passivo Financeiro, conforme demonstrado na Tabela 15 a seguir.

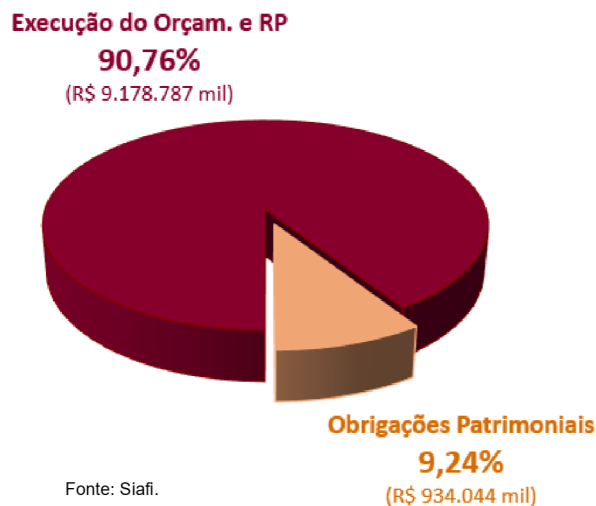
Tabela 15 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas</i>	31/03/2022	31/12/2021	AV % (MAR/2022)	AH%
Polícia Federal	425.845	476.863	45,59	(10,70)
Salários, Remunerações e Benefícios	285.503	375.043	30,57	(23,87)
Polícia Rodoviária Federal	334.806	368.925	35,84	(9,25)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	92.400	64.780	9,89	42,64
Salários, Remunerações e Benefícios	29.864	34.628	3,20	(13,76)
Fundo Penitenciário Nacional	42.079	40.698	4,50	3,39
Fundação Nacional do Índio	30.747	33.619	3,29	(8,54)
Salários, Remunerações e Benefícios	20.466	26.409	2,19	(22,50)
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.758	5.599	0,62	2,84
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.140	1.215	0,23	76,17
Salários, Remunerações e Benefícios	809	948	0,09	(14,65)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	204	3.213	0,02	(93,65)
Fundo Nacional Antidrogas	65	1	0,01	8.616,07
Total Geral	934.044	994.912	100,00	(6,12)

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Composição do Passivo Financeiro

**Passivo Permanente**

No primeiro trimestre de 2022, destacaram-se as representações da PF, FUNAI e PRF, totalizando 85,10% (R\$ 249.803 mil) do Passivo Permanente, que representa as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; sendo 56,31% (R\$ 165.299 mil) na PF, 14,74% (R\$ 43.261 mil) na Funai e 14,05% na PRF respectivamente. Observa-se a distribuição por órgão na Tabela 16.

Destaca-se ainda que do montante total do Passivo Permanente, 42,43% (R\$ 124.548 mil)) correspondem a “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, 29,55% (R\$ 86.739 mil) correspondem a “Férias a Pagar” e 18,85% (R\$ 55.328 mil), a “Transferências Financeiras a Comprovar – TED”, cujas rubricas somaram 90,83% (R\$ 266.615 mil).

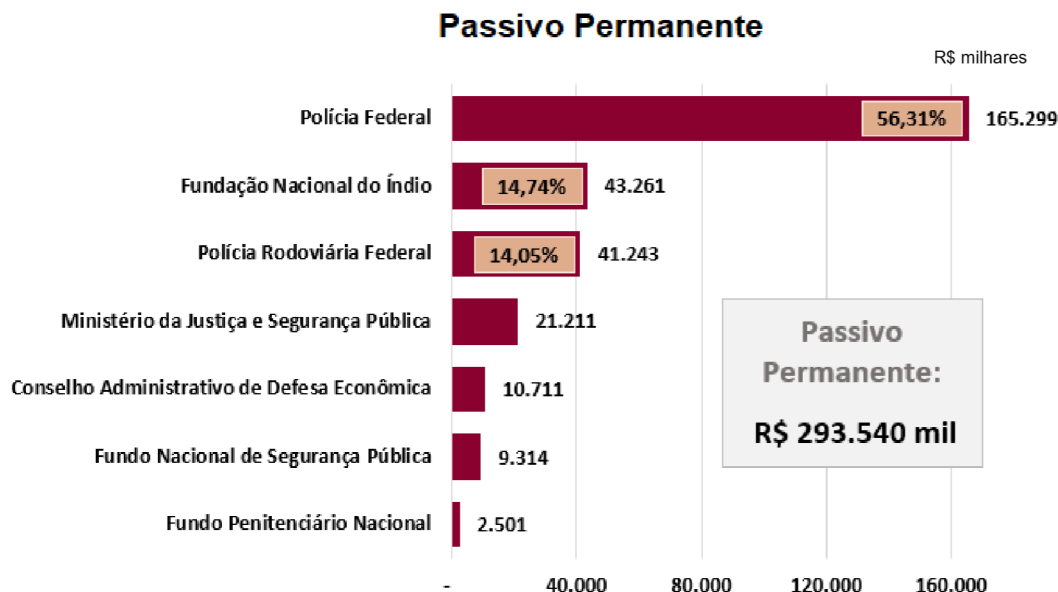
Tabela 16 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares

<i>Passivo Permanente – por órgão</i>	31/03/2022	31/12/2021	AV% (MAR/2022)	AH%
Polícia Federal	165.299	98.561	56,31	67,71
Fundação Nacional do Índio	43.261	37.559	14,74	15,18
Ministério da Justiça e Segurança Pública	41.243	11.474	14,05	259,45
Polícia Rodoviária Federal	21.211	15.110	7,23	40,37
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.711	10.545	3,65	1,57
Fundo Nacional de Segurança Pública	9.314	10.241	3,17	(9,05)
Fundo Penitenciário Nacional	2.501	2.501	0,85	-
Total Geral	293.540	185.992	100,00	57,82

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 10 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos - DVP

No primeiro trimestre de 2022, 4,27% (R\$ 614.022 mil) das Variações Patrimoniais Aumentativas foram decorrentes de “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”; sendo 80,13% (R\$ 492.041 mil) do referido montante referentes a “Outros Ganhos com Incorporação de Ativos”, registrados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, conforme demonstrado na Tabela 17 a seguir.

Tabela 17 – Reavaliação de Ativos – por órgão

R\$ milhares

Rótulos de Linha	31/03/2022	31/03/2021	AV%	AH%
Reavaliação de Ativos	71.989	87.927.787	11,72	(99,92)
Reavaliação de Bens Imóveis	71.989	87.927.294	11,72	(99,92)
Polícia Federal	65.734	1.726	10,71	3.708,04
Polícia Rodoviária Federal	6.254	737	1,02	748,01
Fundação Nacional do Índio	-	87.924.830	-	(100,00)
Reavaliação de Bens Móveis	-	493	-	(100,00)
Polícia Federal	-	493	-	(100,00)
Ganhos com Alienação	2.313	11.173	0,38	(79,29)
Ganhos com Alienação de Bens Móveis	2.313	11.173	0,38	(79,29)
Fundo Nacional Antidrogas	2.313	11.173	0,38	(79,29)
Ganhos com Incorporação de Ativos	527.773	1.463.703	85,95	(63,94)
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	522.126	1.463.221	85,03	(64,32)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	492.041	500.747	80,13	(1,74)
Polícia Federal	11.561	6.664	1,88	73,48
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	6.715	20.895	1,09	(67,86)
Polícia Rodoviária Federal	6.537	160	1,06	3.980,15
Fundo Nacional Antidrogas	3.863	15.287	0,63	(74,73)
Fundo Penitenciário Nacional	574	673	0,09	(14,76)
Fundação Nacional do Índio	486	915.016	0,08	(99,95)

Ministério de Justiça e Segurança Pública	300	3.583	0,05	(91,63)
Fundo Nacional de Segurança Pública	50	195	0,01	(74,39)
Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos	5.032	483	0,82	942,45
Polícia Federal	4.860	483	0,79	906,81
Fundo Penitenciário Nacional	172	-	0,03	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberto	613	-	0,10	-
Polícia Federal	613	-	0,10	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimento	2	-	0,00	-
Polícia Federal	2	-	0,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.947	194	1,95	6.045,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos	11.947	194	1,95	6.045,12
Polícia Rodoviária Federal	8.884	102	1,45	8.589,73
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.501	-	0,24	-
Fundação Nacional do Índio	1.256	91	0,20	1.277,95
Polícia Federal	305	1	0,05	30.430,70
Total Geral	614.022	89.402.857	100,00	(99,31)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Pessoal e Encargos – DVP

No 1º trimestre de 2022, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 14,45% (R\$ 1.972,615 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal alusivos à Polícia Federal, que apresentou 52,97% (R\$ 1.044.800 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 38,28% (R\$ 755.117 mil). Ambas somaram 91,25% (R\$ 1.799.917 mil), conforme Tabela 18.

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,53% (R\$ 1.391.292 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorre na PF, com 41,30% (R\$ 814.687 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 18 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

Pessoal e Encargos	31/03/2022	31/03/2021	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	1.044.800	1.035.403	52,97	0,91
Benefícios a Pessoal	34.285	32.639	1,74	5,04
Encargos Patronais	192.336	194.705	9,75	(1,22)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	3.492	3.041	0,18	14,83
Remuneração a Pessoal	814.687	805.019	41,30	1,20
Polícia Rodoviária Federal	755.117	644.659	38,28	17,13
Benefícios a Pessoal	54.406	50.376	2,76	8,00
Encargos Patronais	123.479	116.367	6,26	6,11
Outras VPD - Pessoal e Encargos	627	163	0,03	284,55
Remuneração a Pessoal	576.605	477.753	29,23	20,69
Ministério da Justiça e Segurança Pública	110.137	106.261	5,58	3,65
Benefícios a Pessoal	7.357	6.799	0,37	8,21
Encargos Patronais	12.880	13.188	0,65	(2,34)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.279	4.078	0,22	4,93
Remuneração a Pessoal	85.621	82.196	4,34	4,17
Fundação Nacional do Índio	59.153	83.836	3,00	(29,44)
Benefícios a Pessoal	2.816	3.011	0,14	(6,47)
Encargos Patronais	8.088	7.992	0,41	1,21
Outras VPD - Pessoal e Encargos	217	301	0,01	(27,81)
Remuneração a Pessoal	48.031	72.532	2,43	(33,78)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.408	3.254	0,17	4,73
Benefícios a Pessoal	140	146	0,01	(4,07)
Encargos Patronais	387	298	0,02	29,86

Outras VPD - Pessoal e Encargos	249	108	0,01	129,64
Remuneração a Pessoal	2.632	2.702	0,13	(2,58)
Fundo Penitenciário Nacional	0	-	0,00	-
Benefícios a Pessoal	-	-	-	-
Encargos Patronais	0	-	0,00	-
Outras VPD - Pessoal e Encargos	-	-	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-	-	-
Total Geral	1.972.615	1.873.414	100,00	5,30

Fonte: Siafi.

Na análise da conta contábil "Outras VPD – Pessoal e Encargos", a rubrica Pessoal Requisitado de Outros Órgãos representou 80,37% (R\$ 7.124 mil) do total dessa rubrica contábil, conforme apresentado na Tabela 19. Nesse sentido, com exceção da PF que registrou redução, os demais órgãos apresentaram aumento. Destacando-se, em relação aos recursos empregados, o MJSP com o aumento na variação horizontal de 76,25%, seguido pela PRF, com 284,55%. Verifica-se, ainda, que os servidores são oriundos da Casa da Moeda, Correios, Caixa, Infraero e Eletrosul.

Destaca-se, igualmente, na rubrica Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas o aumento substancial nos gastos com auxílio a participantes dos cursos de formação de escrivão e papiloscopista da Polícia Federal, cujo aumento foi de 13.046% (R\$ 797 mil).

Tabela 19 – Outras VPD – Pessoal e Encargos

R\$ milhares

Outras VPD – Pessoal e Encargos	31/03/2022	31/03/2021	AV (%)	AH (%)
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	7.124	5.373	80,37	32,60
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.453	1.959	38,96	76,25
Polícia Federal	2.688	3.035	30,33	(11,42)
Polícia Rodoviária Federal	627	163	7,07	284,55
Fundação Nacional do Índio	217	216	2,45	0,62
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	139	0	1,57	-
Pessoal Requisitado de Outros Entes	885	2.220	9,99	(60,13)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	826	2.119	9,32	(61,01)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	59	101	0,66	(41,71)
Auxílio a Participantes de Curso e Pessoas Físicas	804	91	9,07	782,64
Polícia Federal	804	6	9,07	13.046,68
Fundação Nacional do Índio	0	85	0,00	(100,00)
Indenizações e Restituições Trabalhistas	51	7	0,57	591,26
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	51	7	0,57	591,26
Total Geral	8.864	7.691	100,00	15,25

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – DVP

No 1º trimestre de 2022, o total dos registros contábeis em "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos", os quais estão detalhados por grupo de contas e órgãos subordinados do Ministério da Justiça e Segurança Pública na Tabela 20, representaram 1,13% (R\$ 153.827 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas; sendo 90,37% (R\$ 139.011 mil) do referido montante assim registrados:

a) 52,06% (R\$ 80.077 mil) em "Desincorporação de Ativos"; sendo as maiores representações de 18,80% (R\$ 28.916 mil) no Funpen e 10,30% (R\$ 15.845 mil) no FNSP; e

b) 38,31% (R\$ 58.934 mil) em "Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas"; sendo a maior representação de 38,24% (R\$ 58.817 mil) na Polícia Federal. Com relação ao referido órgão, a desvalorização foi proveniente de três bens imóveis registrados na Superintendência Regional da Polícia Federal do Estado de Minas Gerais, cujo ajuste foi realizado em fevereiro de 2022, constando a seguinte justificativa no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET da União:

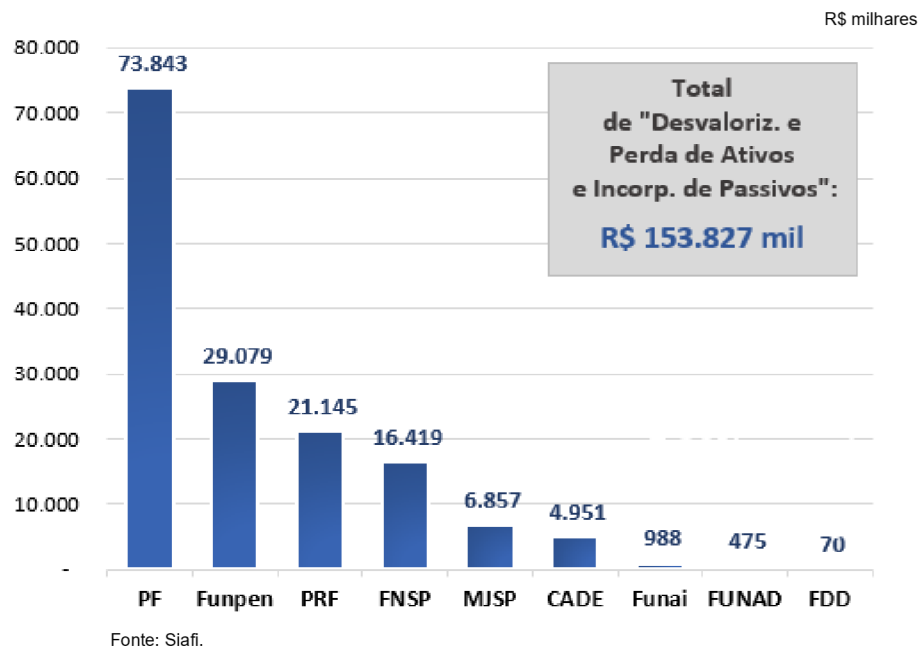
"Reavaliado em XX/02/2022 considerando as novas diretrizes do Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis da União, Norma de Avaliação de Imóveis (NBR 14.653) e tabela do SINDUSCON/MG ref janeiro/2022."

Tabela 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – composição por grupo de contas e por órgão

R\$ milhares				
Conta Contábil/ Órgão	31/03/2022	31/03/2021	AV (%)	AH (%)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	58.934	32.157.865	38,31	(99,82)
Reavaliação de Bens Imóveis	58.817	32.153.814	38,24	(99,82)
Polícia Federal	58.817	-	38,24	-
Fundação Nacional do Índio	-	32.153.814	-	-100,00
Reavaliação de Bens Móveis	118	4.050	0,08	-97,10
Polícia Federal	118	4.050	0,08	-97,10
Perdas Involuntárias	4.983	1.600	3,24	211,36
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	4.979	1.582	3,24	214,66
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.850	609	1,85	368,35
Polícia Rodoviária Federal	1.565	252	1,02	520,07
Polícia Federal	399	615	0,26	(35,09)
Fundo Penitenciário Nacional	163	3	0,11	5.497,74
Fundação Nacional do Índio	1	103	0,00	(98,78)
Perdas Involuntárias com Softwares	3	-	0,00	-
Polícia Rodoviária Federal	3	-	0,00	-
Perdas Involuntárias com Estoques	0	18	0,00	(98,81)
Polícia Federal	0	18	0,00	(98,81)
Incorporação de Passivos	9.833	3.063	6,39	221,06
Polícia Rodoviária Federal	9.208	1.472	5,99	525,70
Fundo Nacional de Segurança Pública	574	-	0,37	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	48	174	0,03	(72,68)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3	1.397	0,00	(99,76)
Polícia Federal	-	-	-	-
Fundação Nacional do Índio	-	20	-	(100,00)
Desincorporação de Ativos	80.077	180.282	52,06	(55,58)
Fundo Penitenciário Nacional	28.916	2.615	18,80	1.005,90
Fundo Nacional de Segurança Pública	15.845	9.073	10,30	74,65
Polícia Federal	14.509	2.363	9,43	514,09
Polícia Rodoviária Federal	10.368	3.322	6,74	212,13
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.904	2.489	3,19	96,99
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4.003	33.066	2,60	(87,89)
Fundação Nacional do Índio	987	95.891	0,64	(98,97)
Fundo Nacional Antidrogas	475	0.761	0,31	(98,46)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	70	702	0,05	(90,08)
Total de "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp.de Passivos"	153.827	32.342.809	100,00	(99,52)

Fonte: Siafi.

Figura 15 – Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos – composição consolidada por órgão



Nota 13 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 1º trimestre de 2022, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 44,18% (R\$ 651.576 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na Tabela 21 verifica-se que 98,48% (R\$ 641.690 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,19% (R\$ 587.659 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,81% (R\$ 63.917 mil).

Tabela 21 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida	31/03/2022	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	587.659	90,19
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	579.147	88,88
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	3.464	0,53
Participação da União em Receita de Loteria Federal	3.226	0,50
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	1.822	0,28
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	0	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	63.917	9,81
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	62.543	9,60
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	693	0,11
Participação da União em Receita de Loteria Federal	523	0,08
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	159	0,02
Total	651.576	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 1º trimestre de 2022, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 34,81% (R\$ 513.341 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme Tabela 22 destaca-se a PRF com 61,77% (R\$ 317.096 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 36,41% (R\$ 186.900 mil).

Tabela 22 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	31/03/2022	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	317.096	61,77
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	186.900	36,41
Polícia Federal	5.125	1,00
Fundo Penitenciário Nacional	4.019	0,78
Fundo Nacional de Segurança Pública	129	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	71	0,01
Fundação Nacional do Índio	0	0,00
Total	513.341	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 61,65% (R\$ 316.458 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na Tabela 23. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 36,40% (R\$ 186.864 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 98,05% (R\$ 503.358 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 23 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	31/03/2022	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	316.458	61,65
Polícia Rodoviária Federal	316.458	61,65
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	186.864	36,40
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	186.864	36,40
Multas Previstas em Legislação Específica	5.986	1,17
Polícia Federal	5.086	0,99
Polícia Rodoviária Federal	626	0,12
Fundo Nacional de Segurança Pública	129	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	61	0,01
Fundo Penitenciário Nacional	48	0,01
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	36	0,01
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.971	0,77
Fundo Penitenciário Nacional	3.971	0,77
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	49	0,01
Polícia Federal	39	0,01
Fundo Nacional Antidrogas	10	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	13	0,00
Polícia Rodoviária Federal	13	0,00
Fundação Nacional do Índio	0	0,00
Total	513.341	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -8.002.195 mil, no primeiro trimestre de 2022, foi impactado em 54,64% (R\$ -4.372.637 mil) pela PRF e em 41,67% (R\$ -3.334.239 mil) pela PF, conforme demonstrado na Tabela 24 abaixo. Ambos os órgãos somaram 96,31% (R\$ -7.706.876 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

Tabela 24 – Resultado Orçamentário

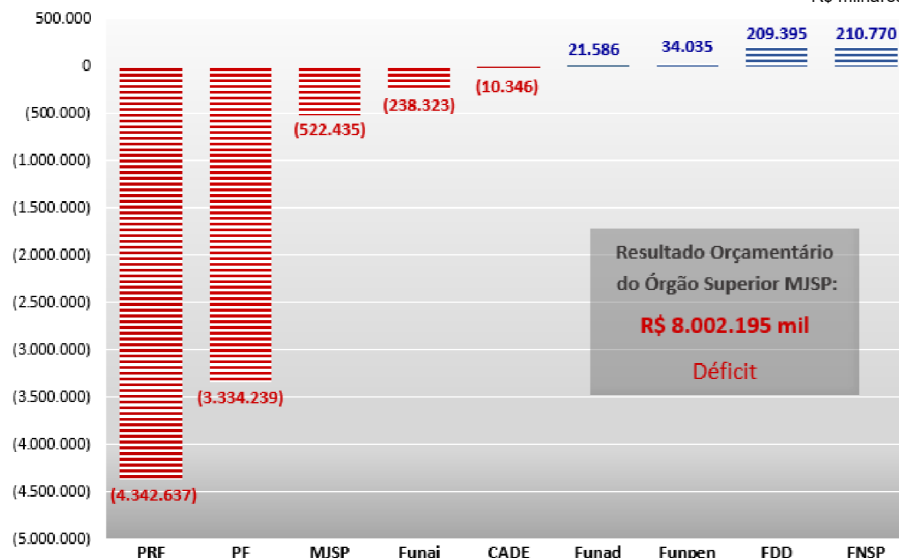
R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Rodoviária Federal	321.460	4.694.097	(4.372.637)	54,64
Polícia Federal	165.118	3.499.357	(3.334.239)	41,67
Ministério da Justiça e Segurança Pública	756	523.190	(522.435)	6,53
Fundação Nacional do Índio	13	238.336	(238.323)	2,98
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.714	22.060	(10.346)	0,13
Fundo Nacional Antidrogas	31.671	10.085	21.586	(0,27)
Fundo Penitenciário Nacional	124.298	90.263	34.035	(0,43)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	211.145	1.750	209.395	(2,62)
Fundação Nacional de Segurança Pública	610.095	399.326	210.770	(2,63)
Total	1.476.270	9.478.465	(8.002.195)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Resultado Orçamentário – por órgão

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

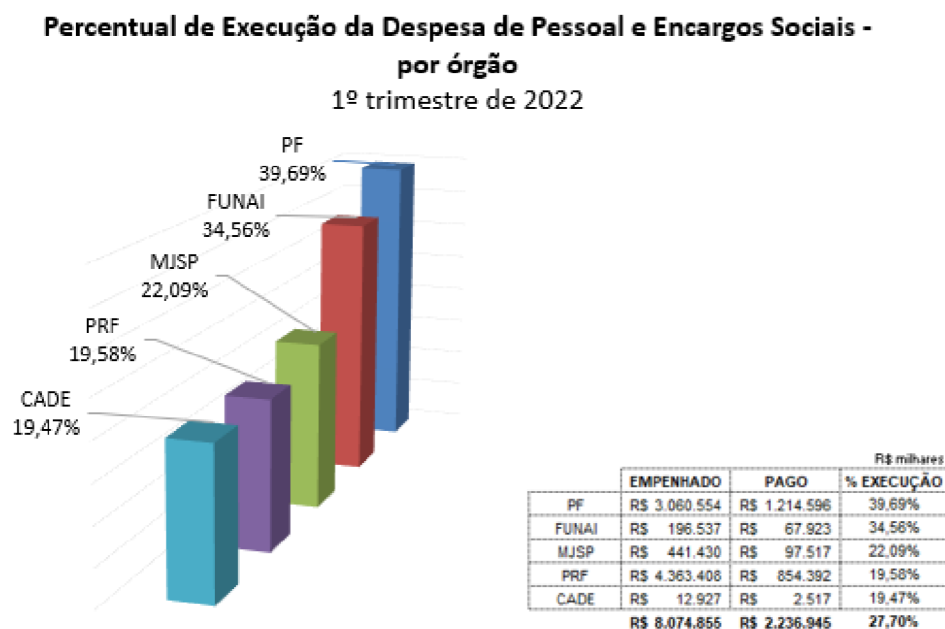
Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas R\$ 7.074.855 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 27,70% (R\$ 2.236.945 mil) foram efetivamente pagas até o 1º trimestre de 2022, podendo ser verificado na Tabela 25. O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela Figura 17, onde destaca-se a PF, com 39,69% (R\$ 1.214.596 mil) de execução, seguida pela Funai, com 34,56% (R\$ 67.923 mil).

Na Tabela 25 verifica-se também que a rubrica Obrigações Patronais apresentou maior percentual de execução, com 33,44% (R\$ 330.499 mil), acompanhada pela Vencimentos e Vantagens Fixas, com 28,94% (R\$ 1.120.597 mil), que em contrapartida possui o maior volume empenhado.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PRF foi responsável pelo maior volume, 54,04% (R\$ 4.363.408 mil), seguida pela PF, com 37,90% (R\$ 3.060.554 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 91,94% (R\$ 7.423.962 mil) do total das despesas empenhadas.

Figura 17 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 25 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

CONTA CONTÁBIL	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.872.074	47,95	2.406.263	345.214	1.120.597	50,09	28,94
CADE	9.571	0,12		612	1.806	0,08	18,87
PF	1.499.906	18,58	708.453	181.683	609.770	27,26	40,65
PRF	2.072.085	25,66	1.517.111	130.953	424.021	18,96	20,46
FUNAI	70.478	0,87	32.556	12.401	25.521	1,14	36,21
MJSP	220.035	2,72	140.992	19.564	59.479	2,66	27,03
Aposentadorias e Pensões	3.114.829	38,57	2.064.495	274.080	776.254	34,70	24,92
CADE	692	0,01	519	58	115	0,01	16,67
PF	1.102.010	13,65	545.472	143.223	413.315	18,48	37,51
PRF	1.780.535	22,05	1.364.752	109.356	306.426	13,70	17,21
FUNAI	91.064	1,13	45.599	11.093	34.372	1,54	37,75
MJSP	140.528	1,74	108.152	10.351	22.025	0,98	15,67
Obrigações Patronais	988.402	12,24	657.505	398	330.499	14,77	33,44
CADE	1.214	0,02	898	-	316	0,01	26,06
PF	400.458	4,96	211.918	398	188.142	8,41	46,98
PRF	499.427	6,18	377.886	-	121.542	5,43	24,34
FUNAI	33.875	0,42	26.207	-	7.668	0,34	22,64
MJSP	53.427	0,66	40.597	-	12.830	0,57	24,01

Outras Despesas	99.550	1,23	82.526	7.430	9.595	0,43	9,64
CADE	1.449	0,02	1.049	122	278	0,01	19,20
PF	58.179	0,72	51.090	3.720	3.369	0,15	5,79
PRF	11.361	0,14	7.253	1.705	2.404	0,11	21,16
FUNAI	1.121	0,01	502	258	362	0,02	32,25
MJSP	27.440	0,34	22.632	1.625	3.183	0,14	11,60
Total Geral	8.074.855	100,00	5.210.790	627.121	2.236.945	100,00	27,70

Fonte: Siafi, 31/03/2022.

Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na Tabela 26, quanto aos ingressos, e na Tabela 27, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 26 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2022 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2022 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	12.686.502	100,00	4.360.078	100,00	8.326.424	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	11.316.175	89,20	3.939.605	90,36	7.376.569	88,59
Cota Recebida	3.939.605	31,05	3.939.605	90,36	0	0,00
Repasse Recebido	3.791.918	29,89	0	0,00	3.791.918	45,54
Sub-repasse Recebido	3.239.895	25,54	0	0,00	3.239.895	38,91
Repasse Devolvido	344.746	2,72	14	0,00	344.733	4,14
Sub-repasse Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	1.370.327	10,80	420.473	9,64	949.854	11,41
Transf. Receb. para Pgto de RP	1.165.613	9,19	389.542	8,93	776.070	9,32
Demais Transferências Recebidas	70.467	0,56	30.931	0,71	39.537	0,47
Movimentação de Saldos Patrimoniais	134.247	1,06	0	0,00	134.247	1,61

Fonte: Siafi.

Tabela 27 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

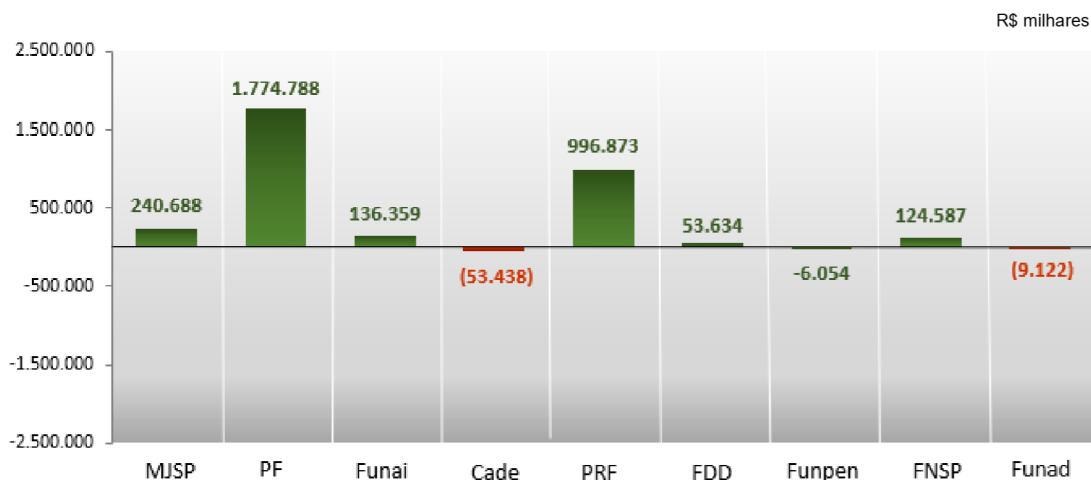
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2022 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2022 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2022 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	9.428.185	100,00	1.101.762	100,00	8.326.424	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	7.712.292	81,80	335.723	30,47	7.376.569	88,59
Repasse Concedido	3.795.023	40,25	3.105	0,28	3.791.918	45,54
Sub-repasse Concedido	3.239.895	34,36	0	0,00	3.239.895	38,91
Cota Devolvida	332.618	3,53	332.618	30,19	0	0,00
Repasse Devolvido	344.746	3,66	0	0,00	344.746	4,14
Sub-repasse Devolvido	10	0,00	0	0,00	10	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.715.893	18,20	766.039	69,53	949.854	11,41
Transf. Conced. para Pgto de RP	776.070	8,23	0	0,00	776.070	9,32
Demais Transferências Concedidas	39.537	0,42	0	0,00	39.537	0,47
Movimento de Saldos Patrimoniais	900.286	9,55	766.039	69,53	134.247	1,61

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na Figura 18 a seguir.

Figura 18 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Nota 18 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 15,49% (R\$ 2.136.360 mil), no 1º trimestre de 2022, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

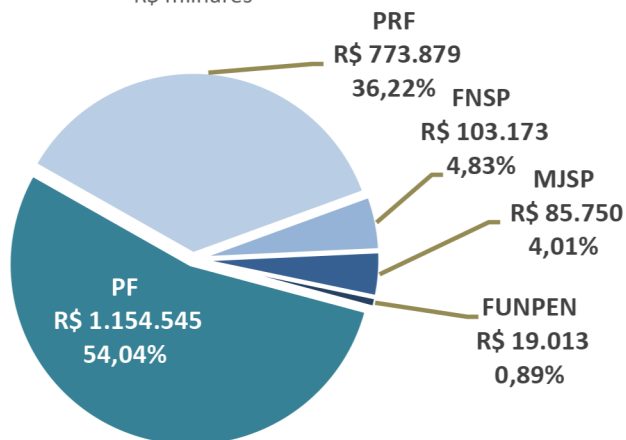
A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,04% (R\$ 1.154.545 mil) e 36,22% (R\$ 773.879 mil), somando 90,27% (R\$ 1.928.423 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na Figura 19.

Figura 19 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Segurança Pública - desembolsos por órgão

1º trimestre de 2022

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 54,49% (R\$ 1.164.097 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme Tabela 28.

Tabela 28 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

R\$ milhares

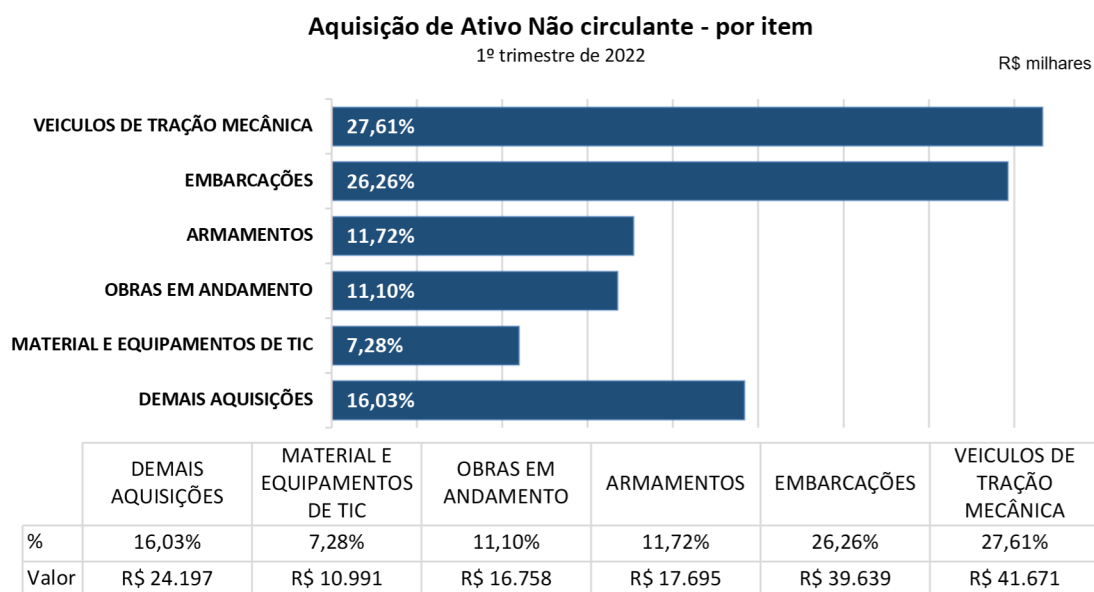
Natureza da Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	FUNPEN (%)	MJSP (%)	Total (%)	Total Geral (R\$)
Subsídios	31,70%	22,78%	-	-	0,00%	54,49%	1.164.097
Demais desembolsos	22,34%	13,44%	4,83%	0,89%	4,01%	45,51%	972.262
Total	54,04%	36,22%	4,83%	0,89%	4,01%	100,00%	2.136.360

Fonte: Siafi.

Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 96,01% (R\$ 150.951 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em março de 2022. Nesse sentido, a aquisição de veículos de tração mecânica representou 27,61% (R\$ 41.671 mil) do total das aquisições, como evidenciado na Figura 20. Desse montante, o FNSP representou 66,61% (R\$ 27.755 mil).

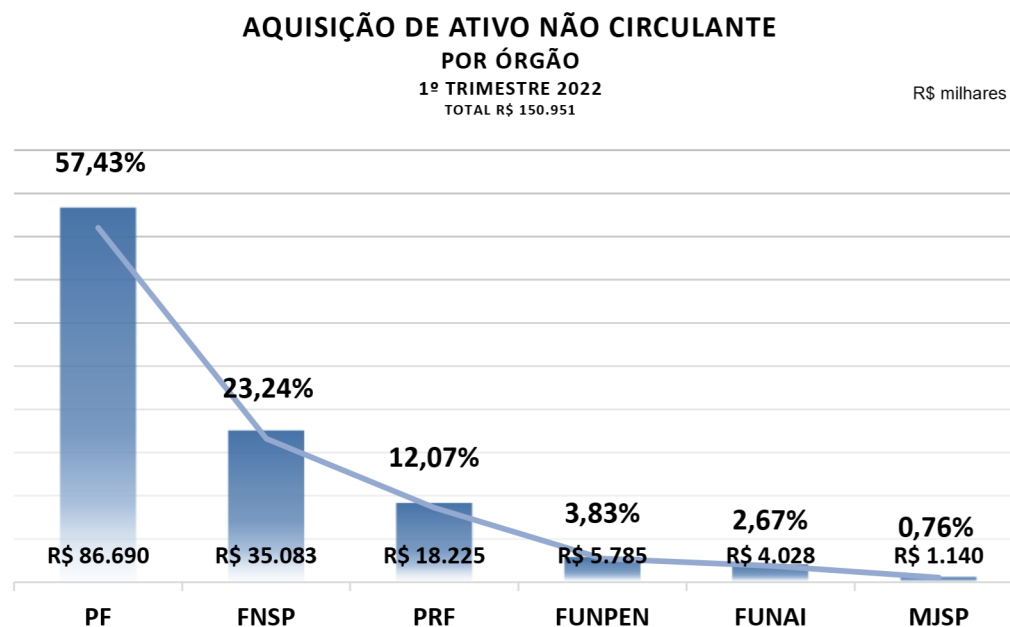
Figura 20 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na Figura 21 evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PF obteve maior saldo ao final do 1º trimestre de 2022, 57,43% (R\$ 86.690 mil). Representando 60,55% (R\$ 52.491 mil) desse valor figuram a aquisição de embarcações e de armamento. Nesse sentido, destacou-se, também, o FNSP com 23,24% (R\$ 35.083 mil), que apresentou 79,11% (R\$ 27.755 mil) do seu valor em veículos de tração mecânica.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 713.091 mil, no primeiro trimestre de 2022, representou 0,26% do saldo patrimonial líquido de 2022, sendo impactado principalmente por:

a) "Transferências Intragovernamentais Recebidas", correspondente a 89,29% (R\$ 12.828.550 mil) das variações patrimoniais aumentativas; e

b) "Transferências Intragovernamentais Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 70,76% (R\$ 9.662.910 mil) e 14,45% (R\$ 1.972.615 mil), somando 85,21% (R\$ 11.634.525 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 17 - "Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas" e nº 11 - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ 17.619 mil (0,01%) da DMPL, foram constituídas em 98,95% (R\$ 17.434 mil) pela Polícia Federal; sendo 69,67% (R\$ 12.274 mil) pela Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ -9.598 mil apresentado na DMPL, 96,79% (R\$ -9.290 mil) foram assim registrados:

a) 51,87% (R\$ -4.978 mil) na Polícia Federal, sendo 37,28% (R\$ -3.579 mil) em unidade gestora da Coordenação Geral de Administração; e

b) 44,92% (R\$ -4.312 mil) no Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo 40,04% (R\$ -3.843) em unidade gestora da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O saldo restante de R\$ 274.306.201 mil, do início do exercício de 2022, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.